



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638417 - SP (2021/0000750-3)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : RICARDO ANTUNES RAMOS
ADVOGADO : RICARDO ANTUNES RAMOS - SP356832
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEONARDO MACHADO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO MACHADO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501362-47.2019.8.26.0567).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. Foi concedido ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, diante do regime inicial de cumprimento da reprimenda excessivamente gravoso, ressaltando que o decreto condenatório não possui fundamentação idônea para sua manutenção.

Aduz que “claramente houve uma resistência à fixação do regime inicial SEMIABERTO para o acusado no crime de tráfico, apesar da primariedade da agente e a quantidade da pena imposta permitir a aplicação com base no artigo 33, § 2º, alínea b” (fl. 24).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para fixar o regime inicial semiaberto para cumprimento da pena. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, considerando que o paciente responde a ação penal em liberdade.

Assim, e considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente